

ERRO. Martins foi confundido com assaltante e teve a casa invadida

Pesquisador processará Estado

LELO MACENA
REPÓRTER

O pesquisador Carlos Martins, que foi confundido com um assaltante e teve a casa invadida, no Loteamento Antares, na tarde da última sexta-feira, por policiais civis e militares que tentavam prender a quadrilha que assaltou a agência do Banco Santander, vai processar o Estado por danos morais e materiais. Carlos Martins é aluno do mestrado de Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), onde, por ironia, estuda a polícia e seus métodos operacionais. Por telefone, ele contou à Gazeta que estava em casa, no início da tarde da última sexta-feira, quando foi surpreendido pelo barulho de um helicóptero e por intensa movimentação de policiais na porta da casa.

"Abra, é a polícia", ouviu Carlos. Assustado, sem entender o que estava acontecendo, ele tentou argumentar que estava sem a chave do cadeado do portão. Quis voltar para dentro da casa, mas foi obrigado a deitar com o "rosto no chão". Ouviu o barulho do portão sendo arrombado e da casa sendo invadida por mais de 10 policiais, todos encapuzados. Foi algemado com as mãos para trás.

"O tempo todo perguntava o que estava acontecendo e argumentava que estava havendo um grave equívoco", contou Carlos

Martins. Enquanto tinha a casa completamente revirada, um dos policiais informou que se tratava de um mandado de busca e apreensão e que eles estavam à procura de "um material".

"Eles me levantaram do chão e me colocaram sentado em uma cadeira, com a cara na parede, e falavam o tempo todo que eu não olhasse para trás", conta Carlos Martins.

Nesse momento, ele confessa que temeu pelo pior. "Imaginei que seria torturado. Me desesperei, chorei", lembra o pesquisador, que vai passar por tratamento psicológico.

Eu comecei a falar: "Eu sou um pesquisador, estudo vocês. Trabalho para tentar melhorar Maceió".



O pesquisador Carlos Martins: "Pelo tipo de rastreamento feito, o telefone poderia estar num raio de 100 metros do local indicado"

Segundo Carlos, aos poucos os policiais foram se dando conta da "besteira que fizeram". "Eles foram encontrando meus livros sobre polícia. Eu me recusei a assinar o mandado de busca e apreensão, no qual vi vários erros, entre eles o endereço que não batia com o meu", disse o pesquisador, que ainda foi levado à sede do

Deic e depois liberado.

A delegada Maria Angelita, da Seção de Roubo a Banco da Deic disse que a ação policial foi legal. "Estamos cobertos pela lei. Cumprimos um mandado de busca e apreensão. Fizemos o rastreamento por GPS de um celular que foi levado no assalto. Imprimimos o mapa e dava exatamente naquela residência, mas não era o local", explicou a Maria Angelita.

O pesquisador Carlos Martins rebate. "Pelo tipo de rastreamento feito, o telefone poderia estar num raio de 100 metros do local indicado. Havia pelo menos umas dez casas próximas à minha. Qual o critério usado para escolherem a minha residência para invadir?".

Justificativa

A delegada Maria Angelita, da Seção de Roubo a Banco da Deic, disse que a ação policial na casa do sociólogo foi legal e que a polícia está coberta pela lei